



Presidente pede a José Hugo que fique no MIC

Emenda pode ser aceita isoladamente

Todos os constituintes poderão apresentar emendas, informalmente, ao parecer do relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), durante dois dias, prazo em que simultaneamente ele estará elaborando seu relatório final, nos dias 9 e 10 de junho. Essa possibilidade não está prevista no regimento interno da Constituinte, mas foi aprovada ontem pela comissão, com o único voto discordante do deputado Jorge Hage (PMDB-BA).

Além das emendas, poderão ser pedidos destaques durante a apreciação e votação do relatório, nos dias 11, 12 e 13, e Hage votou contra, porque achava indispensável que fosse ampliado também o prazo de elaboração por parte do relator Ferreira Lima.

O deputado baiano acha que a medida deve ser extensiva às demais comissões, embora considerando que podem surgir manobras de obstrução através de muitos pedidos de destaque, os quais têm de ser votados nominalmente pelo plenário.

Mesmo assim, a medida classificada de "liberal" foi adotada, sem alterar os prazos regimentais para apresentação do relatório. O presidente da comissão, deputado Oscar Correa, acha que não haverá acúmulo de emendas ou destaques de modo a inviabilizar o trabalho do relator, pois as necessárias já foram apreciadas a etapa anterior da subcomissão.

Fogaça volta a apresentar tese vencida

Uma proposta rejeitada na Subcomissão do Poder Executivo foi reapresentada ontem pelo senador José Fogaça (PMDB/RS) à Comissão de Organização dos Poderes. Fogaça, que teve seu anteprojeto derrotado na subcomissão, insiste em que também os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Relações Exteriores e Gabinete Civil sejam passíveis de votos de desconfiança na Câmara.

O texto aprovado pela subcomissão e enviado à Comissão de Organização dos Poderes estabelece, ao introduzir no país o sistema misto de governo, que é da competência exclusiva do presidente da República a escolha desses cinco ministros e, por isso, eles não podem ser demitidos pela Câmara com base no voto de censura ou desconfiança.

Farabulini discorda de anteprojeto

Na reunião de ontem da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, presidida pelo deputado Márcio Assad (PFL-MG), o deputado Farabulini Júnior (PTB-SP) criticou a redação de alguns artigos do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais.

Para ele, é preciso que as relações sejam claramente definidas e que qualquer tratado ou acordo internacional terá de ser examinado pelo Brasil. Daí discordar dos termos do artigo 20, que preceitua que "nas relações interamericanas o Brasil respeitará os princípios da Carta da Organização dos Estados Americanos".

Farabulini sustentou a necessidade de se mudar o artigo 22, segundo o qual "o direito internacional faz parte do direito interno e que o tratado revoga a lei e não é por ela revogado". A respeito, informou que alguns professores de direito internacional por ele consultados ficaram estarecidos com essa redação.

O pedido do presidente José Sarney, o ministro José Hugo Castello Branco deverá permanecer à frente do Ministério da Indústria e do Comércio. Ontem, durante a audiência concedida aos senadores Guilherme Palmeira e Divaldo Suruagy, do PFL alagoano, Sarney garantiu que o ministro José Hugo não será substituído. E os dois senadores, que no início da semana participaram do jantar de despedida do ministro, receberam com satisfação a notícia do presidente. "Não tem importância o jantar de despedida. Podemos fazer outro de boas-vindas", disse o senador Suruagy depois da audiência.

A questão de mudança ministerial vem apresentando problemas para o presidente da República. Sarney quer compor um ministério homogêneo, descaracterizando a vinculação de seus ministros a este ou aquele bloco político ou líder partidário e fica aborrecido quando os candidatos apresentados são apontados como homens ligados aos grupos políticos e não pessoas escolhidas pelo presidente da República pessoalmente.

As notícias sobre a reformulação ministerial também não agradam o presidente da República. Ontem, ele determinou ao porta-voz da Presidência, Frota Neto, que transmitisse a seguinte informação: "o gabinete não será reformulado em pacote. Não haverá também pacote econômico. A reformulação, quando ocorrer, será promovida na medida das necessidades administrativas". Sarney quer banir os pacotes em seu governo.

Além das necessidades administrativas, o presidente da República promoverá substituições nos ministérios de acordo com as necessidades políticas. Foi o caso de Dante de Oliveira, da Reforma Agrária. Ele seria afastado e, segundo informações de assessores do presidente, "antecipou-se ao ato do presidente porque foi pressionado por dois deputados e um senador de Mato Grosso, que são suas sustentações políticas". Não interessava mais a Sarney manter um ministro em franca oposição ao governo e o fato deve se repetir cada vez que um ministro ou figura do segundo escalão demonstrar falta de integração à equipe governamental. Com isso, o presidente da República pretende unificar a linguagem de seu governo e continuar administrando sem crises.

Ministro acusa "lobby poderoso"

Rio — Apenas 24 horas após ter anunciado a disposição de deixar o Ministério da Indústria e do Comércio, José Hugo Castello Branco desmentiu ontem a notícia e denunciou a "existência de um lobby organizado e poderoso para me tirar o cargo". O ministro está irritado porque "há três meses" está sendo anunciada sua saída do governo com uma frequência muito maior do que as especulações relativas aos outros ministros.

"Gostaria de saber a quem interessa a minha queda", afirmou o ministro. Se depender de sua posição sobre a duração do mandato do presidente Sarney, José Hugo ficará como ministro, já que ele enfatizou estar "absolutamente convencido de que o mandato de Sarney deve ser de cinco anos para que o processo de transição seja normal, sem problemas". Segundo ele, a Constituinte não pode ser atropelada por uma campanha presidencial. José Hugo foi um dos ministros escolhidos por Tancredo Neves, que defendia mandato de quatro anos para o Presidente que fosse dirigir a transição democrática.

"Mas a política é dinâmica e atualmente não tenho dúvidas de que o presidente Sarney precisa continuar até 1990".



Governador defende permanência de José Hugo

Quéricia desiste de indicar nomes

São Paulo — O governador Orestes Quéricia desistiu — pelo menos temporariamente — de indicar um paulista para integrar o primeiro escalão do governo federal: já não quer mais o deputado Ralph Biasi ou o secretário João Oswaldo Leiva, de Obras, ocupando o Ministério da Indústria e Comércio. Para ele, essa pasta deve continuar sendo ocupada pelo ministro José Hugo Castello Branco. O próprio governador já comunicou sua decisão ao presidente José Sarney, deixando claro "estar abrindo mão de fazer qualquer indicação".

Esse foi um assunto discutido longamente por Quéricia, durante o encontro que manteve com o presidente José Sarney, na noite de quarta-feira, em São Paulo, conforme informou ontem à imprensa: "Sobre o Ministério, eu disse ao Presidente que, na segunda-feira, o deputado Ralph Biasi assumirá a Secretaria de Ciência e Tecnologia e que retirava a indicação que havia feito do nome de João Oswaldo Leiva".

PMDB debate mudanças em Pernambuco

Recife — Preocupado com o alento que o PFL tomou após a conquista do Ministério do Interior, passando a atacar frontalmente o governo do Estado, e com a ascensão nas pesquisas do deputado estadual do PDT, João Coelho, o mais forte candidato a prefeito do Recife até agora, o PMDB de Pernambuco resolveu arregaçar as mangas. Nos próximos dias reunirá as bancadas federal e estadual para discutir a reorganização do partido e mudanças em sua cúpula, atualmente ocupada por pessoas que estão em cargos públicos, sem possibilidade de atender às bases municipais.

A decisão de "sacudir" o partido foi tomada pelo próprio Arraes, pelo prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, e pelo vice-governador, Carlos Wilson Campos, em reunião realizada em Palácio. Os três concluíram que, depois que o partido assumiu a Prefeitura do Recife e o governo do estado, esvaziou-se e não realiza quase reuniões.

para o Ministério da Indústria e Comércio, tendo em vista que não posso abrir mão do secretário de Obras".

Mais do que essa decisão, Quéricia comunicou ainda à imprensa a disposição que Sarney tinha em levar, para Brasília, o secretário João Oswaldo Leiva: "Quero dizer que o presidente aceitaria a indicação e me disse claramente, no jantar de ontem, que o nome de Leiva seria tranquilamente indicado para o Ministério da Indústria e Comércio".

Finalmente, para surpresa dos principais assessores no Palácio dos Bandeirantes, Quéricia informou ainda ter defendido a permanência de José Hugo Castello Branco no Ministério da Indústria e Comércio. Perguntado se São Paulo contaria ainda com um Ministério, respondeu: "Acho que isso ficará para o presidente resolver. Haverá possibilidade de indicação de algum paulista. Mas acho até — e disse isso claramente ao presidente — que o recomendável por enquanto seria que ficasse lá (no MIC) o atual ministro".

Montoro faz críticas ao seu sucessor

São Paulo — Exibindo descontração e demonstrando estar em forma para a campanha presidencial, o ex-governador paulista Franco Montoro enfrentou na madrugada de ontem uma manifestação hostil de um grupo de estudantes anarquistas da Universidade Estadual de Campinas. Sem hesitar, Montoro — que recebia o título de "doutor honoris causa" da Unicamp — prosseguiu seu discurso, controlou a situação e saiu do auditório aplaudido. Depois, na primeira crítica pública a seu sucessor, defendeu a manutenção do gatilho salarial para o funcionalismo público, que o governador Orestes Quéricia quer extinguir junto ao Supremo Tribunal Federal.

"O gatilho — disse — deve ser mantido. É uma questão de justiça e sua adoção vai ao encontro do programa do PMDB".

A Novíssima República



Gou Gon